RGe ISSN: 2177-3246

ASPECTOS DA SAÚDE MENTAL DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E A INTERVENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL

ASPECTS OF THE MENTAL HEALTH OF INSTITUTIONALIZED ELDERLY PEOPLE AND THE INTERVENTION OF MENTAL HEALTH PROFESSIONALS

ASPECTOS DE LA SALUD MENTAL DE LAS PERSONAS MAYORES INSTITUCIONALIZADAS Y LA INTERVENCIÓN DE LOS PROFESIONALES DE LA SALUD MENTAL

10.56238/revgeov17n6-016

Caio Henrique Ferreira
Doutorando em Saúde Mental
Instituição: Unicristian
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0410830754181310

Beatriz Cruvinel Barbosa
Pós-Graduação (Lato Sensu) em Psiquiatria
Instituição: Hospital das Clinicas (HC) - Uberlândia
Lattes: https://lattes.cnpq.br/9197248821254525

Daiane Cardoso da Silva
Doutora em Enfermagem e Saúde
Lattes: https://lattes.cnpq.br/0029241988313026

Laura Alves Santos
Arquiteta
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8868657820944063

Reinaldo Mânica
Pós Graduado em Estratégias de Aprendizagem
Instituição: Faculdade da Associação Brasiliense de Educação (FABE) - Marau
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6013358897026938

Rosana Ono
Doutora em Ciências da Saúde
Instituição: Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP/Unicamp)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5542413483447556

Sarah Carvalho Oliveira Lima
Mestre em Biociência Animal
Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9052494608837049

ISSN: 2177-3246

Luiz Márcio Lima
Especialização latu sensu em Dependência Química
Instituição: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3265976288499354

RESUMO
O envelhecimento populacional brasileiro impõe ao sistema de saúde pública demandas progressivas relacionadas à saúde mental de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Este estudo analisa os aspectos psicopatológicos prevalentes nessa população e examina as formas de intervenção dos profissionais de saúde mental no contexto institucional. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório-descritivo, com levantamento em bases de dados científicas nacionais e internacionais. Os resultados indicam que depressão, ansiedade e declínio cognitivo constituem os transtornos mais recorrentes entre idosos institucionalizados, agravados pelo isolamento social, pela perda de autonomia e pela insuficiência de equipes multiprofissionais capacitadas. A literatura revisada aponta que intervenções psicossociais estruturadas, aliadas ao trabalho integrado de equipes interdisciplinares, produzem melhora mensurável nos indicadores de bem-estar mental dessa população. O estudo contribui para a qualificação das práticas assistenciais em ILPIs e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à saúde mental do idoso institucionalizado.

Palavras-chave: Saúde Mental. Idosos Institucionalizados. Intervenção Psicossocial. Instituições de Longa Permanência.

ABSTRACT
The aging of the Brazilian population imposes progressive demands on the public health system regarding the mental health of elderly residents in Long-Term Care Institutions for the Elderly (ILPIs). This study analyzes the prevalent psychopathological aspects in this population and examines the forms of intervention by mental health professionals in the institutional context. The research adopts a qualitative approach, of a bibliographic nature and exploratory-descriptive character, with data collection from national and international scientific databases. The results indicate that depression, anxiety, and cognitive decline constitute the most recurrent disorders among institutionalized elderly individuals, aggravated by social isolation, loss of autonomy, and the insufficiency of trained multiprofessional teams. The reviewed literature points out that structured psychosocial interventions, combined with the integrated work of interdisciplinary teams, produce measurable improvement in the mental well-being indicators of this population. Psychosocial interventions grounded in gerontological principles demonstrate consistent effectiveness when applied within institutional frameworks that prioritize individualized care planning and continuous professional monitoring. The study contributes to the qualification of care practices in ILPIs and to the strengthening of public policies aimed at the mental health of institutionalized elderly individuals, reinforcing the need for systematic investment in human resources and in the structuring of psychosocial care networks capable of meeting the specificities of aging in institutional environments.

Keywords: Mental Health. Institutionalized Elderly. Psychosocial Intervention. Long-Term Care Institutions.

RESUMEN
El envejecimiento de la población brasileña impone una creciente demanda al sistema de salud pública en lo que respecta a la salud mental de los adultos mayores residentes en centros de atención a largo plazo (CALP). Este estudio analiza los aspectos psicopatológicos prevalentes en esta población y examina las formas de intervención de los profesionales de la salud mental en el contexto institucional. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y exploratorio-descriptivo, con datos recopilados de bases de datos científicas nacionales e internacionales. Los resultados indican que la depresión, la ansiedad y el deterioro cognitivo constituyen los trastornos más recurrentes entre

los adultos mayores institucionalizados, agravados por el aislamiento social, la pérdida de autonomía y la insuficiencia de equipos multidisciplinarios capacitados. La literatura revisada señala que las intervenciones psicosociales estructuradas, combinadas con el trabajo integrado de equipos interdisciplinarios, producen una mejora medible en los indicadores de bienestar mental de esta población. El estudio contribuye a la cualificación de las prácticas de atención en los CALP y al fortalecimiento de las políticas públicas dirigidas a la salud mental de los adultos mayores institucionalizados.

Palabras clave: Salud Mental. Adultos Mayores Institucionalizados. Intervención Psicosocial. Centros de Atención a Largo Plazo.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos demográficos mais expressivos do século XXI no Brasil. Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população com 60 anos ou mais tende a representar cerca de 30% da população nacional até 2050, o que coloca a saúde do idoso no centro das agendas de saúde pública. Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) assumem papel de destaque como espaços de cuidado coletivo para aqueles que não dispõem de suporte familiar adequado ou que apresentam graus elevados de dependência funcional. A saúde mental desses indivíduos, contudo, permanece como uma dimensão frequentemente negligenciada nas políticas e práticas assistenciais vigentes.

A institucionalização do idoso provoca rupturas afetivas, sociais e identitárias que repercutem diretamente sobre o equilíbrio psíquico do indivíduo. O afastamento do núcleo familiar, a perda de autonomia sobre a rotina e a convivência compulsória com outros residentes configuram fatores de risco para o desenvolvimento de transtornos mentais, com destaque para depressão, ansiedade e comprometimento cognitivo progressivo. Blumentritt e Cordeiro (2024, e139722) registram que "a maioria dos idosos institucionalizados apresenta múltiplas comorbidades e necessita de cuidados que transcendem o âmbito clínico, abarcando dimensões emocionais, espirituais e relacionais". Tal constatação evidencia que o cuidado nas ILPIs não pode ser reduzido à gestão de condições físicas, sendo indispensável a incorporação de abordagens que contemplem a integralidade da saúde mental.

A pandemia de COVID-19 intensificou as vulnerabilidades já existentes na população idosa institucionalizada. O isolamento compulsório, a suspensão de visitas e a sobrecarga dos serviços de saúde ampliaram os quadros de sofrimento psíquico entre residentes de ILPIs. Arrais et al. (2021, p. 25) afirmam que "o isolamento social imposto pelas medidas sanitárias gerou impactos psicológicos de amplo espectro, com efeitos diferenciados sobre grupos populacionais em condição de maior fragilidade". Embora o estudo desses autores enfoque gestantes e puérperas, o princípio teórico se aplica à população idosa institucionalizada, na medida em que a restrição de vínculos sociais agrava estados depressivos e ansiosos preexistentes.

A intervenção dos profissionais de saúde mental nas ILPIs requer formação técnica especializada e compreensão das particularidades do envelhecimento patológico. A prescrição de psicofármacos figura entre os recursos mais utilizados no manejo dos transtornos mentais em idosos, porém sua utilização prolongada expõe essa população a riscos farmacológicos específicos. Assunção et al. (2022, p. 13536) alertam que "o uso prolongado de psicofármacos entre idosos envolve riscos de interações medicamentosas, efeitos adversos e dependência, exigindo acompanhamento sistemático por equipes multiprofissionais qualificadas". A presença ativa e contínua de profissionais de saúde mental nas ILPIs, portanto, não se justifica apenas por demandas terapêuticas pontuais, mas pela necessidade de monitoramento clínico permanente.

A literatura gerontológica aponta que intervenções psicossociais estruturadas, como grupos terapêuticos, atividades de estimulação cognitiva, music therapy e práticas de reminiscência, produzem resultados favoráveis na redução de sintomas depressivos e na manutenção da funcionalidade cognitiva de idosos institucionalizados. A efetividade dessas intervenções, todavia, depende da organização de equipes interdisciplinares e da existência de protocolos clínicos que orientem a atuação dos diferentes profissionais envolvidos no cuidado. A fragmentação dos serviços e a carência de recursos humanos especializados comprometem a qualidade da assistência prestada, o que reforça a necessidade de estudos que examinem sistematicamente as práticas de intervenção disponíveis e suas evidências de eficácia.

Diante do exposto, este estudo analisa os principais aspectos da saúde mental de idosos institucionalizados no Brasil e as formas de intervenção conduzidas por profissionais de saúde mental no contexto das ILPIs. O objetivo geral consiste em examinar, com base na literatura científica disponível, os transtornos mentais prevalentes em idosos institucionalizados e as práticas de intervenção dos profissionais de saúde mental nesse contexto. Os objetivos específicos são: (a) identificar os principais transtornos mentais que acometem idosos residentes em ILPIs e seus determinantes psicossociais; (b) descrever as modalidades de intervenção psicossocial e farmacológica utilizadas pelos profissionais de saúde mental no cuidado ao idoso institucionalizado; (c) analisar os desafios estruturais e organizacionais que limitam a qualidade da atenção à saúde mental nas ILPIs brasileiras.

O trabalho organiza-se da seguinte forma: o referencial teórico discute os fundamentos conceituais sobre envelhecimento, saúde mental e institucionalização; a metodologia descreve os procedimentos de busca e seleção bibliográfica adotados; os resultados e discussão apresentam e interpretam os achados da literatura; e as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo e indicam perspectivas para investigações futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento humano compreende um processo multidimensional que envolve transformações biológicas, psicológicas e sociais interdependentes. Do ponto de vista biológico, observa-se declínio progressivo das funções orgânicas, redução da plasticidade neuronal e aumento da susceptibilidade a doenças crônicas. Do ponto de vista psicológico, o envelhecimento pode se associar a perdas cognitivas graduais, alterações no processamento emocional e reorganização da identidade pessoal diante da aproximação da finitude. A compreensão desse processo na perspectiva da saúde pública exige que se reconheça a heterogeneidade do envelhecimento, uma vez que as trajetórias de vida, as condições socioeconômicas e o acesso a serviços de saúde determinam de forma diferenciada o modo como cada indivíduo envelhece.

A saúde mental do idoso integra esse conjunto de dimensões e não se resume à ausência de transtornos psiquiátricos diagnosticados. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde mental como um estado de bem-estar no qual o indivíduo reconhece suas próprias capacidades, consegue lidar com os estresses normais da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para a sua comunidade. No caso de idosos institucionalizados, essa definição ganha contornos específicos, pois a entrada em uma ILPI frequentemente representa a perda de autonomia, do ambiente doméstico e das relações afetivas construídas ao longo da vida. Tais perdas acumuladas configuram o que a gerontologia denomina de "efeito de luto múltiplo", que vulnerabiliza o idoso ao desenvolvimento de quadros depressivos e ansiosos.

A depressão constitui o transtorno mental mais prevalente entre idosos institucionalizados. Estudos epidemiológicos brasileiros indicam taxas de prevalência que variam entre 40% e 60% nessa população, valores consideravelmente superiores aos observados em idosos que residem em domicílio. Esse quadro se agrava pela subnotificação clínica, uma vez que sintomas depressivos em idosos frequentemente são confundidos com manifestações normativas do envelhecimento ou com efeitos colaterais de polifarmácia. A falta de rastreamento sistemático nas ILPIs compromete o diagnóstico precoce e, consequentemente, a instituição oportuna de intervenções terapêuticas.

A ansiedade e os transtornos relacionados ao estresse pós-traumático também figuram entre as condições de saúde mental recorrentes na população idosa institucionalizada. A transição para a vida institucional pode ser vivenciada como um evento traumático, especialmente quando ocorre de forma abrupta ou sem a participação ativa do idoso no processo decisório. Carvalho et al. (2024) sustentam que "a qualificação dos cuidados ofertados em ILPIs pressupõe a adoção de práticas centradas na pessoa, que respeitem as preferências, a história de vida e as necessidades emocionais de cada residente". Tal perspectiva alinha-se ao modelo de cuidados centrados na pessoa, amplamente recomendado pela literatura gerontológica internacional como paradigma orientador da atenção em ambientes institucionais.

O comprometimento cognitivo e as demências representam outra dimensão relevante da saúde mental em ILPIs. A doença de Alzheimer e outras formas de demência afetam proporções crescentes da população idosa e impõem desafios específicos ao cuidado institucional. A progressão cognitiva interfere na comunicação, na capacidade de expressar sofrimento emocional e na adesão a tratamentos, o que exige dos profissionais de saúde mental competências técnicas adaptadas às particularidades dessa condição. A avaliação neuropsicológica periódica e o uso de instrumentos validados de rastreamento cognitivo constituem práticas recomendadas para o monitoramento dessa população.

A intervenção dos profissionais de saúde mental nas ILPIs abrange múltiplas modalidades terapêuticas. Macedo et al. (2024) argumentam que "a atuação da equipe multidisciplinar em saúde mental, quando organizada sob a lógica do apoio matricial, potencializa a resolutividade das ações e

garante maior integralidade no cuidado ao usuário" (p. 8). Esse modelo pressupõe a articulação entre diferentes categorias profissionais, incluindo psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, que atuam de forma colaborativa e não hierarquizada na elaboração e execução dos planos terapêuticos individualizados.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Portaria n.º 3.088/2011, representa o principal arcabouço normativo para a organização dos serviços de saúde mental no Brasil. Maia et al. (2022, p. 18) registram que "a distribuição dos serviços e recursos humanos da RAPS no território nacional apresenta marcadas desigualdades regionais, comprometendo o acesso e a continuidade do cuidado em saúde mental para populações vulneráveis". A inadequada cobertura territorial da RAPS afeta diretamente a qualidade da atenção prestada aos idosos institucionalizados, sobretudo em municípios de pequeno e médio porte, onde os serviços especializados de saúde mental são escassos ou inexistentes.

As intervenções psicossociais não farmacológicas ganham respaldo crescente na literatura como estratégias eficazes para a promoção do bem-estar mental em idosos institucionalizados. Atividades de estimulação cognitiva, grupos de reminiscência, arteterapia, práticas corporais adaptadas e intervenções baseadas em mindfulness demonstram efetividade na redução de sintomas depressivos, na melhora da qualidade do sono e no fortalecimento de vínculos sociais dentro das instituições. A implementação dessas práticas, no entanto, requer planejamento institucional, disponibilidade de profissionais qualificados e apoio da gestão das ILPIs, condições que nem sempre estão presentes na realidade brasileira.

A formação dos profissionais de saúde mental para o trabalho com idosos institucionalizados é apontada pela literatura como uma lacuna a ser superada. A gerontologia e a psicogeriatria são especialidades ainda pouco disseminadas nos currículos de graduação em saúde no Brasil, o que resulta em profissionais que chegam às ILPIs sem preparo específico para as demandas dessa população. Carvalho et al. (2024) reforçam que a qualificação dos cuidadores e dos profissionais de saúde constitui condição indispensável para a oferta de cuidados paliativos e de suporte psicológico de qualidade no contexto das ILPIs, o que se estende à totalidade das práticas de atenção à saúde mental nesses espaços.

A perspectiva bioética orienta reflexões sobre autonomia, dignidade e qualidade de vida no contexto do cuidado institucional ao idoso. O respeito à autonomia do residente, a escuta qualificada de suas demandas e a construção participativa dos projetos terapêuticos individuais são princípios que norteiam as boas práticas em ILPIs. Macedo et al. (2024) sustentam que a qualificação da assistência em saúde mental depende da superação de modelos assistenciais centrados na doença, em favor de abordagens que priorizem o protagonismo do usuário e a construção de vínculos terapêuticos sólidos. Esses princípios orientam tanto as intervenções individuais quanto o desenho organizacional dos

serviços de cuidado em ILPIs, fornecendo o suporte conceitual necessário para a análise dos achados desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se, quanto à abordagem, como qualitativa, por privilegiar a análise interpretativa e contextualizada da literatura científica disponível sobre saúde mental de idosos institucionalizados e as práticas de intervenção dos profissionais de saúde mental. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, voltada à ampliação do conhecimento teórico sem finalidade aplicada imediata. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva, pois busca mapear o estado do conhecimento na área e descrever os fenômenos identificados na literatura com precisão conceitual e analítica.

O delineamento adotado é o da revisão bibliográfica integrativa, método que permite reunir e sintetizar resultados de estudos anteriores sobre um determinado tema, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento de forma sistemática e replicável. A revisão integrativa é reconhecida como modalidade metodológica válida para a produção de conhecimento em ciências da saúde, por permitir a incorporação tanto de estudos com abordagem quantitativa quanto qualitativa, ampliando o escopo analítico da investigação (Sandrina et al., 2021, p. 176).

A coleta dos dados bibliográficos foi realizada nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/MEDLINE, Google Scholar e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores utilizados, individualmente e em combinação por meio dos operadores booleanos AND e OR, foram: "saúde mental", "idosos institucionalizados", "instituições de longa permanência para idosos", "intervenção psicossocial", "transtornos mentais em idosos" e seus correspondentes em língua inglesa: "mental health", "institutionalized elderly", "long-term care", "psychosocial intervention".

Os critérios de inclusão dos estudos foram: publicações em português, inglês ou espanhol; artigos originais, revisões sistemáticas, revisões integrativas e revisões de escopo; publicados entre 2018 e 2024; com acesso integral ao texto. Os critérios de exclusão abrangeram: estudos que não abordavam especificamente a saúde mental de idosos institucionalizados; publicações sem revisão por pares; textos com metodologia não explicitada. Santos et al. (2023) apontam que a adoção de critérios claros de inclusão e exclusão em revisões integrativas garante maior rigor metodológico e confiabilidade dos resultados obtidos, reduzindo vieses de seleção que comprometem a validade das conclusões.

A análise dos dados foi conduzida por meio de leitura sistemática dos textos selecionados, com categorização temática dos conteúdos em três eixos analíticos: (1) prevalência e caracterização dos

transtornos mentais em idosos institucionalizados; (2) modalidades de intervenção psicossocial e farmacológica; (3) desafios estruturais da atenção à saúde mental nas ILPIs. Essa organização analítica permitiu a construção de sínteses interpretativas articuladas ao referencial teórico, conforme preconizado por Santos et al. (2022, p. 14260), que defendem a necessidade de interfaces sistemáticas entre a teoria e a prática no campo da saúde mental do idoso.

Os aspectos éticos desta pesquisa são atendidos pelo fato de a investigação se basear exclusivamente em fontes secundárias de domínio público, não envolvendo seres humanos diretamente. Não há, portanto, obrigatoriedade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em conformidade com a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa de avaliação ética as pesquisas realizadas exclusivamente com informações de acesso público. Os direitos autorais dos estudos citados são respeitados por meio da correta atribuição das fontes, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 14724:2024).

As limitações metodológicas do estudo incluem a possibilidade de viés de publicação, inerente a qualquer revisão bibliográfica, uma vez que estudos com resultados negativos ou inconclusivos tendem a ser menos frequentemente publicados. A restrição ao recorte temporal de seis anos, embora justificada pela necessidade de atualidade dos dados, pode ter excluído estudos clássicos com contribuições teóricas relevantes para a compreensão do tema. A heterogeneidade dos estudos selecionados quanto às metodologias e populações investigadas também representa uma limitação para a comparação direta dos achados, demandando cautela interpretativa nas análises realizadas.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Arrais, A. da R.; Amorim, B.; Rocha, L. S.; Haidar, A. C. A.	Impacto psicológico da pandemia em gestantes e puérperas brasileiras	2021	Evidencia os efeitos emocionais da pandemia em um grupo vulnerável, contribuindo para a compreensão dos impactos psicossociais da COVID-19.
Sandrina, A. F. C.; Santos, L. A.; Barroso, S. S.; Andrade, S. S. da S.; Góes, W. L. B.	O papel do enfermeiro na unidade de terapia intensiva na assistência ao paciente com COVID-19: uma revisão integrativa	2021	Destaca a atuação da enfermagem na UTI durante a pandemia, reforçando a importância da assistência qualificada em contextos críticos.
Silva, F. B. da; Lima, M. A. R. da S.; Almeida, S. O.; Ventura, A.; Silva, R. C. P. da; Moreiras, F. de S.; Paula, J. M. dos S. F. de; Penha, J. C. da; Sousa, I. D. B. de; Dourado, G. de O. L.	Impactos da pandemia por COVID-19 na saúde mental: uma revisão narrativa	2021	Sintetiza evidências sobre prejuízos à saúde mental durante a pandemia, contribuindo para a formulação de ações de cuidado e prevenção.
Silva, I. L. da; Melo, K. R. A.; Fortaleza, L. M. de M.	Avaliação do equilíbrio em idosos institucionalizados através da escala de equilíbrio de Berg: uma revisão de literatura sistemática	2021	Apresenta uma ferramenta de avaliação funcional importante para o acompanhamento do risco de quedas em idosos institucionalizados.
Assunção, A. F.; Lima, E. O.; Ribeiro, V. F.; Anna, C. de C. S.	Uso prolongado de psicofármacos entre idosos na atenção básica: análise dos riscos e acompanhamento profissional em uma Rede de Atenção Psicossocial de Ananindeua-PA / Long-term use of psychotropic drugs among elderly	2022	Discute os riscos do uso prolongado de psicofármacos, contribuindo para o cuidado seguro e o acompanhamento na atenção básica.

	people in Primary Care: risk analysis and professional monitoring in a Psychosocial Care Network in Ananindeua-PA		
Maia, M. P. de M.; Severo, A. K. de S.; Medeiros, W. R.; Freitas, Y. N. L. de; Bezerra, H. de S.; Alves, R. M.; Barbosa, I. R.	Oferta de serviços e recursos humanos da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil	2022	Analisa a estrutura da rede de atenção psicossocial, oferecendo subsídios para o planejamento e fortalecimento dos serviços em saúde mental.
Santos, V. P.; Melo, E. de J.; Lima, W. R.; Leite, J. de S. P.; Lima, T. S. B. de O.; Oliveira, M. J. V. dos S.; Machado, A. P. R.; Oliveira, M. J. V. dos S.	Abordagens à saúde mental da pessoa idosa: interfaces entre a teoria e a prática	2022	Relaciona teoria e prática no cuidado à saúde mental da pessoa idosa, contribuindo para a qualificação da assistência.
Silva, M. D.; Rodriguês, L. R.; Alves, F. R.; Garcia, L. A. A.; Goulart, B. F.; Silva, D. A. da; Silva, G. N. da; Rodrigues, F. R.; Dornfeld, R. L.; Paula, V. M. de	Percepção dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na assistência prestada aos idosos com depressão	2022	Expõe a percepção dos profissionais sobre o cuidado ao idoso com depressão, apoiando estratégias de atenção primária em saúde mental.
Santos, S.; Amorim, H. F.; Lima, R. O. de; Gaines, A. P. L.; Fachin, L. P.; Lira, L. M. S. S. de; Santos-Lima, E. K. N. dos	A relação entre saúde bucal e qualidade de vida de idosos brasileiros institucionalizados: uma revisão integrativa	2023	Reforça a importância da saúde bucal na qualidade de vida de idosos institucionalizados, ampliando o olhar interdisciplinar do cuidado.
Blumentritt, J. B.; Cordeiro, F. R.	Cuidados no final de vida em instituições de longa permanência para idosos	2024	Aborda cuidados no fim da vida em instituições, contribuindo para uma assistência mais humanizada e centrada na dignidade do idoso.
Carvalho, P. P. C.; Sousa, M. N. A. de; Marques, M. N. da N.; Guerreiro, M. G. U.; Fonseca, A. P. B.	Cuidados paliativos qualificados em idosos institucionalizados: uma revisão integrativa	2024	Destaca a relevância dos cuidados paliativos qualificados na institucionalização, fortalecendo a prática assistencial voltada ao conforto e à qualidade de vida.
Macedo, A. de C. C. F.; Silva, M. P. F.; Rocha, M. A. do N.; Santos, M. I. dos; Bolan, R. da S.; Silva, J. D. F. D.; Bohórquez, K. de F. F.; Fernandes, P. C. C.	Saúde mental em saúde pública no Brasil: o papel da equipe multidisciplinar e do apoio matricial na qualidade da assistência	2024	Evidencia a contribuição da equipe multiprofissional e do apoio matricial na qualificação da assistência em saúde mental.
Valadares, M. de O.; Chariglione, I. P. F. S.	Psychosocial interventions with elderly people in social assistance: a scoping review	2024	Mapeia intervenções psicossociais com idosos em assistência social, contribuindo para políticas e práticas baseadas em evidências.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

Esse quadro é importante porque organiza e compara os estudos de forma objetiva, permitindo identificar tendências ao longo do tempo, lacunas de pesquisa e contribuições específicas de cada trabalho para a área da saúde, especialmente em temas ligados ao envelhecimento, saúde mental e cuidado em instituições. Além disso, facilita a elaboração de revisões, fundamentação teórica e construção de discussões acadêmicas mais consistentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica sobre saúde mental de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) revelou um conjunto consistente de evidências que apontam para a elevada prevalência de transtornos mentais nessa população, com destaque para depressão, ansiedade, comprometimento cognitivo e demências. Os estudos revisados indicaram que esses transtornos raramente se apresentam de forma isolada, configurando quadros de comorbidade que amplificam o sofrimento psíquico e dificultam o manejo clínico.

A depressão figurou, na maioria dos estudos analisados, como o transtorno mental mais frequentemente diagnosticado entre idosos institucionalizados. Santos *et al.* (2022, p. 14261) identificaram que a depressão em idosos institucionalizados está associada a fatores como a perda de papéis sociais, o luto por perdas afetivas acumuladas, a dependência funcional e a percepção de abandono familiar. Esses autores argumentam que a compreensão da depressão nessa população requer uma leitura que ultrapasse o modelo biomédico e incorpore as dimensões psicossociais do sofrimento. A prevalência de depressão em ILPIs brasileiras varia, conforme os estudos consultados, entre 40% e 65%, dependendo dos instrumentos de rastreamento utilizados e das características da amostra investigada.

A diferenciação entre depressão geriátrica e manifestações depressivas secundárias a doenças clínicas ou ao uso de medicamentos representa um desafio diagnóstico específico do contexto das ILPIs. Idosos com doenças crônicas como insuficiência cardíaca, diabetes mellitus, doença de Parkinson e hipotireoidismo frequentemente apresentam sintomas que se superpõem aos critérios diagnósticos de depressão, o que exige do profissional de saúde mental avaliação diferenciada e domínio das interações entre condições clínicas e manifestações psicopatológicas. Silva *et al.* (2022) verificaram que enfermeiros da Estratégia Saúde da Família relataram dificuldades na identificação de sintomas depressivos em idosos, apontando a necessidade de educação continuada e de protocolos clínicos que orientem a conduta assistencial diante dessas situações.

Os transtornos de ansiedade em idosos institucionalizados, embora menos estudados do que a depressão, apresentam prevalência relevante e impacto funcional expressivo. O transtorno de ansiedade generalizada, as fobias específicas e os transtornos adaptativos são as formas mais frequentemente relatadas nessa população. O contexto institucional, com suas rotinas rígidas, sua impessoalidade relacional e a constante exposição à morte de outros residentes, configura um ambiente que pode precipitar ou agravar estados ansiosos. Silva *et al.* (2021, p. 56) associaram o comprometimento do equilíbrio físico em idosos institucionalizados a estados de ansiedade e medo de queda, demonstrando que as dimensões física e psíquica do envelhecimento se articulam de forma indissociável no contexto das ILPIs.

A pandemia de COVID-19 produziu efeitos mensuráveis sobre a saúde mental da população idosa institucionalizada. Silva *et al.* (2021) documentaram que o impacto da pandemia sobre a saúde mental se manifestou de forma particularmente intensa em grupos populacionais previamente vulneráveis, com agravamento de quadros depressivos, ansiosos e de estresse pós-traumático. Nas ILPIs, o fechamento para visitas, o isolamento dos residentes em quartos individuais e a ausência de atividades grupais por períodos prolongados resultaram em deterioração do estado mental de parcela expressiva dos residentes, com aumento de episódios de agitação, choro persistente e recusa alimentar, sintomas que frequentemente sinalizam sofrimento psíquico intenso.

O comprometimento cognitivo leve (CCL) e as demências representam condições de saúde mental com prevalência crescente nas ILPIs, decorrentes do envelhecimento progressivo da população residente. A doença de Alzheimer, a demência vascular e a demência por corpos de Lewy são as formas mais frequentes observadas nesse contexto. O diagnóstico precoce dessas condições permite a implementação oportuna de intervenções que retardam a progressão do declínio cognitivo e preservam por mais tempo a autonomia funcional do residente. Silva *et al.* (2021) verificaram que a avaliação do equilíbrio por meio da Escala de Equilíbrio de Berg revelou correlações entre déficits motores e comprometimento cognitivo em idosos institucionalizados, reforçando a necessidade de avaliações funcionais integradas que articulem as dimensões motora, cognitiva e emocional.

A polifarmácia, definida como o uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos, constitui fator de risco específico para o desenvolvimento de transtornos mentais em idosos institucionalizados. O uso de medicamentos com propriedades anticolinérgicas, benzodiazepínicos, corticosteroides e alguns anti-hipertensivos pode induzir ou agravar quadros de confusão mental, depressão e comprometimento cognitivo nessa população. A revisão da literatura indicou que a gestão farmacológica em ILPIs ainda é realizada, em muitos casos, sem o acompanhamento sistemático de farmacêuticos clínicos ou sem a revisão periódica das prescrições por equipe multiprofissional, o que expõe os residentes a riscos evitáveis.

As intervenções psicossociais voltadas à promoção da saúde mental de idosos institucionalizados abrangem um conjunto heterogêneo de práticas, cujos fundamentos teóricos derivam da psicologia clínica, da terapia ocupacional, da musicoterapia, da gerontologia educacional e da psiquiatria comunitária. A revisão da literatura indicou que as intervenções com maior evidência de efetividade são aquelas estruturadas, com objetivos terapêuticos definidos, protocolos de aplicação descritos e mecanismos de avaliação de resultados incorporados ao seu desenho.

Valadares e Chariglione (2024, p. 235) realizaram uma revisão de escopo (*scoping review*) sobre intervenções psicossociais com idosos no contexto da assistência social e identificaram que as modalidades mais frequentemente reportadas incluem grupos de reminiscência, estimulação cognitiva, atividades expressivas e intervenções baseadas em tecnologias digitais. Os autores argumentam que a

efetividade dessas intervenções depende não apenas da técnica em si, mas do contexto institucional em que são aplicadas, da qualidade da relação terapêutica estabelecida entre profissional e residente e da regularidade com que são ofertadas.

Os grupos de reminiscência constituem uma das intervenções mais amplamente estudadas em gerontologia clínica. Baseados no trabalho com memórias autobiográficas, esses grupos utilizam objetos, fotografias, músicas e narrativas pessoais para estimular a evocação de experiências positivas da história de vida dos participantes. A revisão da literatura indicou que a reminiscência estruturada produz melhora nos índices de depressão e bem-estar subjetivo de idosos institucionalizados, com efeitos que se mantêm por períodos variáveis após o término das intervenções. A facilitação desses grupos por psicólogos com formação em gerontologia amplia a profundidade dos processos terapêuticos mobilizados.

A estimulação cognitiva em grupo representa outra modalidade de intervenção com evidências consistentes de efetividade na manutenção das funções cognitivas de idosos com comprometimento leve a moderado. Os programas de estimulação cognitiva utilizam atividades que envolvem memória, atenção, linguagem, raciocínio e funções executivas, apresentadas em formato lúdico e adaptado às capacidades de cada participante. Valadares e Chariglione (2024, p. 237) observaram que intervenções de estimulação cognitiva conduzidas por profissionais treinados, com frequência mínima de duas sessões semanais, demonstraram resultados favoráveis em estudos com grupos controle, o que fortalece sua recomendação como prática baseada em evidências para o contexto das ILPIs.

A musicoterapia e a arteterapia são modalidades de intervenção que utilizam expressões artísticas como mediadores terapêuticos no trabalho com idosos institucionalizados. A musicoterapia, em particular, demonstra efetividade documentada na redução de sintomas comportamentais e psicológicos das demências, incluindo agitação, agressividade, apatia e distúrbios do sono. A utilização de músicas familiares ao histórico cultural dos residentes potencializa os efeitos terapêuticos, por ativar circuitos de memória emocional que frequentemente permanecem preservados mesmo em estágios avançados da doença de Alzheimer. A arteterapia, por sua vez, oferece um canal de expressão não verbal para idosos com dificuldades de comunicação oral, permitindo a elaboração de conteúdos emocionais por meio de atividades plásticas.

As práticas corporais adaptadas, como yoga terapêutica, tai chi chuan, exercícios de respiração e relaxamento progressivo, integram a dimensão psicossomática do cuidado em saúde mental nas ILPIs. Silva *et al.* (2021) verificaram que intervenções voltadas à melhora do equilíbrio físico em idosos institucionalizados produzem efeitos positivos sobre a autoconfiança, a redução do medo de queda e a disposição para a participação em atividades sociais, o que contribui indiretamente para a saúde mental. Essa articulação entre intervenções físicas e efeitos psíquicos reforça a pertinência de abordagens integrativas no cuidado ao idoso institucionalizado.

As intervenções baseadas em tecnologias digitais representam uma tendência emergente na gerontologia e na saúde mental, com aplicações específicas para o contexto das ILPIs. O uso de plataformas de videoconferência para manutenção de vínculos familiares, a utilização de aplicativos de estimulação cognitiva e a realidade virtual como recurso terapêutico em quadros de ansiedade e depressão são exemplos de inovações que ganham espaço na literatura internacional. Valadares e Chariglione (2024, p. 239) identificaram que intervenções com suporte tecnológico foram avaliadas positivamente por participantes idosos, com impacto na redução da solidão e no aumento da percepção de conexão social. A incorporação dessas tecnologias nas ILPIs brasileiras, porém, ainda encontra barreiras relacionadas à infraestrutura, ao acesso e à literacia digital dos residentes e dos profissionais.

A intervenção farmacológica continua sendo amplamente utilizada no manejo dos transtornos mentais em idosos institucionalizados, apesar das evidências crescentes sobre os riscos específicos associados ao uso de psicofármacos nessa população. Antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos e estabilizadores do humor figuram entre as classes medicamentosas mais frequentemente prescritas nas ILPIs, com padrões de utilização que, em muitos casos, refletem a insuficiência de alternativas terapêuticas não farmacológicas.

Os antidepressivos da classe dos inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) são considerados a primeira linha de tratamento farmacológico para a depressão geriátrica, por apresentarem perfil de tolerabilidade superior ao dos antidepressivos tricíclicos em idosos. A efetividade dos ISRS em idosos institucionalizados, contudo, é modulada por fatores como a presença de comorbidades clínicas, o grau de comprometimento cognitivo e as interações com outros medicamentos em uso. A necessidade de monitoramento clínico periódico, ajuste posológico e avaliação sistemática de efeitos adversos torna indispensável a participação ativa de médicos e farmacêuticos na gestão farmacológica nas ILPIs.

O uso de benzodiazepínicos em idosos institucionalizados representa uma preocupação específica da farmacologia geriátrica. Embora amplamente prescritos para o manejo de ansiedade e insônia, os benzodiazepínicos estão associados a riscos de sedação excessiva, comprometimento cognitivo, quedas e dependência farmacológica em idosos. Os Critérios de Beers, publicados pela Sociedade Americana de Geriatria, incluem os benzodiazepínicos na lista de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos, recomendando sua utilização apenas em situações específicas e por períodos limitados. A persistência de seu uso prolongado nas ILPIs brasileiras indica a necessidade de maior disseminação das diretrizes de segurança farmacológica em geriatria entre os prescritores que atuam nesses serviços.

Os antipsicóticos de segunda geração são frequentemente utilizados para o controle de sintomas comportamentais e psicológicos das demências, como agitação, agressividade e alucinações. Entretanto, seu uso em idosos com demência está associado a risco aumentado de eventos

cerebrovasculares e mortalidade, o que motivou alertas regulatórios das agências sanitárias internacionais. A utilização de antipsicóticos nesse contexto deve ser reservada a situações em que o sofrimento do paciente é intenso e as intervenções não farmacológicas se mostraram insuficientes, com monitoramento rigoroso e reavaliação periódica da necessidade de manutenção do tratamento.

A gestão dos riscos associados à polifarmácia nas ILPIs requer a implementação de revisões medicamentosas periódicas conduzidas por equipes multiprofissionais. A reconciliação medicamentosa, o uso de ferramentas como os Critérios de Beers e os Critérios STOPP/START, e a elaboração de listas de medicamentos potencialmente inapropriados adaptadas ao contexto brasileiro são estratégias que contribuem para a redução de prescrições desnecessárias e para a prevenção de eventos adversos medicamentosos em idosos institucionalizados.

A análise da literatura revelou que os desafios estruturais para a qualificação da atenção à saúde mental nas ILPIs brasileiras são múltiplos e interdependentes, abrangendo dimensões relacionadas ao financiamento, à regulação, à formação profissional e à organização dos serviços. A compreensão desses desafios é condição necessária para a formulação de propostas de melhoria que sejam factíveis no contexto da realidade nacional.

A insuficiência de recursos humanos qualificados constitui um dos obstáculos mais recorrentemente apontados pela literatura. A maioria das ILPIs brasileiras, especialmente as de natureza filantrópica e as de pequeno porte, opera com quadro funcional reduzido e composto predominantemente por cuidadores com formação técnica básica, sem especialização em gerontologia ou saúde mental. A presença de psicólogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais nas ILPIs é variável e frequentemente insuficiente para atender a demanda da população residente. Silva *et al.* (2021) observaram que a carência de profissionais especializados nas ILPIs compromete a qualidade das avaliações clínicas e a implementação de intervenções terapêuticas baseadas em evidências.

A regulação das ILPIs no Brasil é estabelecida pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que define critérios de funcionamento, estrutura física e recursos humanos mínimos para essas instituições. A norma, contudo, não especifica parâmetros para a atenção à saúde mental dos residentes, o que resulta em heterogeneidade expressiva nas práticas adotadas. A revisão regulatória dessa normativa, com a incorporação de requisitos específicos para a saúde mental, é apontada por pesquisadores da área como uma necessidade inadiável para a qualificação do cuidado nas ILPIs brasileiras.

O financiamento das ILPIs representa outro ponto de fragilidade do sistema de cuidado ao idoso no Brasil. A maioria das instituições depende de mensalidades pagas pelos residentes ou de suas famílias, de doações e de convênios com prefeituras ou governos estaduais, sem acesso sistemático a recursos federais para a qualificação dos serviços. Essa dependência de fontes de financiamento

instáveis limita a capacidade das ILPIs de contratar profissionais especializados, adquirir equipamentos e implementar programas de atenção à saúde mental estruturados e contínuos.

A articulação entre as ILPIs e a rede de serviços de saúde mental do SUS, particularmente com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os ambulatórios de saúde mental e as equipes de saúde da família, é apontada pela literatura como estratégia prioritária para ampliar o acesso dos residentes a cuidados especializados. Maia *et al.* (2022) identificaram que a distribuição desigual dos serviços da RAPS no território nacional limita a capacidade de articulação em rede, especialmente nos municípios com menor densidade populacional e estrutura de saúde menos desenvolvida. A construção de fluxos de referência e contrarreferência entre ILPIs e serviços de saúde mental é condição necessária para garantir a continuidade do cuidado e evitar a fragmentação das trajetórias terapêuticas dos residentes.

A literatura revisada converge para o reconhecimento de que a qualidade da atenção à saúde mental em ILPIs está diretamente vinculada à organização e ao funcionamento das equipes multiprofissionais. O trabalho em equipe multiprofissional pressupõe a integração de conhecimentos e competências de diferentes disciplinas em torno de objetivos terapêuticos compartilhados, com comunicação horizontal e construção coletiva dos planos de cuidado. Esse modelo contrasta com a lógica de atuação segmentada por especialidade, que resulta em fragmentação do cuidado e descontinuidade das intervenções.

Macedo *et al.* (2024) argumentam que o apoio matricial, enquanto dispositivo organizacional do SUS, representa uma estratégia efetiva para qualificar as ações de saúde mental na atenção básica e em outros pontos da rede de atenção, incluindo as ILPIs. O matriciamento em saúde mental consiste na articulação entre equipes de referência das ILPIs e equipes especializadas de saúde mental, com o objetivo de ampliar as competências técnicas dos profissionais de referência e de garantir suporte especializado para os casos de maior complexidade. Essa modalidade de organização do trabalho potencializa o alcance das intervenções especializadas sem demandar a presença permanente de especialistas em todas as instituições.

O papel do psicólogo nas ILPIs abrange tanto a avaliação psicológica individual dos residentes quanto a condução de intervenções terapêuticas grupais e individuais, a orientação das equipes de cuidadores e a mediação de conflitos interpessoais no ambiente institucional. A psicologia no contexto gerontológico demanda conhecimento específico sobre instrumentos de avaliação psicológica adaptados para idosos, teorias do envelhecimento psicológico e técnicas terapêuticas com efetividade documentada nessa população. A inserção do psicólogo nas ILPIs, quando estruturada dentro de um projeto institucional coerente, contribui para a humanização do cuidado e para a prevenção de situações de maus-tratos e negligência.

O assistente social desempenha papel complementar ao do psicólogo na atenção à saúde mental dos idosos institucionalizados, ao atuar na mediação das relações entre os residentes, suas famílias e a

instituição, no acesso a benefícios e direitos sociais e na articulação com a rede de proteção social. A preservação dos vínculos familiares dos residentes, sempre que possível, é reconhecida como fator protetor da saúde mental, e o assistente social é o profissional com maior capacidade técnica para intervir nessa dimensão dentro das ILPIs.

A finitude da vida é uma realidade que as ILPIs enfrentam de forma cotidiana, dado o perfil de fragilidade da população residente. O cuidado paliativo, enquanto abordagem que visa à qualidade de vida de pessoas com doenças graves e progressivas, inclui a atenção à saúde mental como uma de suas dimensões constitutivas. O sofrimento existencial, o medo da morte, a elaboração de perdas e a manutenção da dignidade são aspectos que integram o cuidado paliativo e que demandam a participação ativa de profissionais de saúde mental.

Blumentritt e Cordeiro (2024) apontam que as ILPIs brasileiras ainda estão em processo de incorporação da cultura dos cuidados paliativos, com lacunas formativas entre os profissionais e ausência de protocolos institucionalizados para o manejo do sofrimento no final de vida. Carvalho *et al.* (2024) reforçam essa perspectiva ao documentar que a oferta de cuidados paliativos qualificados em ILPIs ainda é incipiente no Brasil, com necessidade de formação específica dos profissionais e de criação de espaços institucionais para a discussão ética sobre o cuidado no fim da vida.

A intervenção do profissional de saúde mental no contexto dos cuidados paliativos nas ILPIs abrange a escuta do sofrimento existencial do residente, o suporte psicológico à equipe de cuidadores que lida cotidianamente com a morte e o luto, e a orientação às famílias no processo de elaboração da perda. A morte de um residente produz impacto emocional sobre os demais idosos da instituição, que se veem confrontados com a própria finitude, o que demanda intervenção grupal e espaços de elaboração coletiva do luto no ambiente institucional.

A revisão da literatura identificou lacunas investigativas que apontam para direções prioritárias nas pesquisas futuras sobre saúde mental em ILPIs. A produção científica nacional ainda é limitada em comparação com a dimensão do problema, especialmente no que se refere a estudos com delineamentos experimentais ou quase-experimentais que avaliem a efetividade de intervenções psicossociais no contexto brasileiro. A maioria dos estudos disponíveis adota delineamentos descritivos ou revisões bibliográficas, o que limita a geração de evidências de nível mais elevado na hierarquia da pesquisa em saúde.

A construção de instrumentos de rastreamento de transtornos mentais adaptados e validados para idosos institucionalizados brasileiros representa uma necessidade metodológica identificada na literatura. A diversidade regional do Brasil, com suas especificidades culturais, linguísticas e socioeconômicas, exige que os instrumentos de avaliação sejam testados em amostras representativas das diferentes regiões do país antes de serem adotados como padrões clínicos nas ILPIs.

No campo das políticas públicas, a revisão da literatura aponta para a necessidade de atualização da regulação das ILPIs, com incorporação de requisitos específicos para a atenção à saúde mental, ampliação do financiamento público para a qualificação dos serviços e fortalecimento da articulação entre ILPIs e a RAPS. A criação de programas nacionais de formação continuada para profissionais que atuam nas ILPIs, com ênfase em saúde mental, gerontologia e cuidados paliativos, é apontada como estratégia indispensável para a elevação da qualidade da assistência prestada à população idosa institucionalizada no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a examinar os principais aspectos da saúde mental de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Brasil, com ênfase nas formas de intervenção conduzidas por profissionais de saúde mental nesse contexto. A análise da literatura científica disponível permitiu alcançar os três objetivos específicos traçados: a identificação dos transtornos mentais prevalentes e seus determinantes psicossociais, a descrição das modalidades de intervenção utilizadas e a análise dos desafios estruturais que limitam a qualidade da atenção à saúde mental nas ILPIs brasileiras.

Os resultados obtidos confirmam que a saúde mental representa uma das dimensões mais vulneráveis e menos adequadamente atendidas no contexto das ILPIs brasileiras. A depressão, com prevalência estimada entre 40% e 65% nessa população, constitui o transtorno mental de maior expressão quantitativa, seguida pelos transtornos de ansiedade, pelo comprometimento cognitivo leve e pelas demências. Esses quadros se configuram em um contexto de múltiplas perdas acumuladas, isolamento relacional, perda de autonomia e exposição cotidiana à finitude, que caracterizam a institucionalização como uma experiência existencial complexa e frequentemente geradora de sofrimento psíquico.

A análise das modalidades de intervenção revelou que as práticas psicossociais estruturadas, como grupos de reminiscência, estimulação cognitiva, musicoterapia e práticas corporais adaptadas, apresentam efetividade documentada na redução de sintomas psicopatológicos e na melhora do bem-estar dos residentes. A efetividade dessas intervenções, contudo, está condicionada à qualidade técnica dos profissionais que as conduzem, à regularidade de sua oferta e ao apoio institucional para sua implementação, condições que não se encontram uniformemente presentes nas ILPIs do país. A intervenção farmacológica, por sua vez, permanece como recurso amplamente utilizado, porém com riscos específicos que demandam monitoramento sistemático e revisão periódica das prescrições.

Os desafios estruturais identificados na literatura compreendem a insuficiência de recursos humanos qualificados, a ausência de regulação específica para a saúde mental nas ILPIs, o financiamento precário das instituições e a frágil articulação com a Rede de Atenção Psicossocial.

Esses obstáculos se somam e se retroalimentam, configurando um cenário em que a qualidade da atenção à saúde mental nas ILPIs depende, em muitos casos, de iniciativas individuais de profissionais comprometidos, sem o respaldo de políticas institucionais consistentes e de financiamento adequado.

A contribuição deste estudo para o campo da gerontologia e da saúde mental coletiva reside na sistematização e na análise crítica da literatura disponível sobre um tema que permanece subrepresentado na agenda de pesquisa e de políticas públicas brasileiras. Ao articular as dimensões clínicas, organizacionais e políticas da atenção à saúde mental nas ILPIs, o trabalho oferece um panorama abrangente que pode orientar tanto a prática dos profissionais que atuam nesses serviços quanto a formulação de propostas de qualificação assistencial e de regulação do setor.

Uma das contribuições específicas deste trabalho reside na identificação das lacunas entre o conhecimento produzido pela literatura científica e sua incorporação efetiva nas práticas das ILPIs brasileiras. A distância entre o que a evidência científica recomenda e o que efetivamente ocorre no cotidiano dessas instituições é expressiva, e sua redução depende de um conjunto articulado de ações que inclui formação profissional, regulação, financiamento e cultura organizacional orientada para a qualidade do cuidado.

As limitações deste estudo decorrem, em primeiro lugar, de seu delineamento como revisão bibliográfica, que não permite a geração de dados primários sobre a realidade específica das ILPIs brasileiras. A heterogeneidade dos estudos consultados quanto às metodologias, populações e contextos investigados também impõe restrições à generalização dos achados. A restrição temporal da busca bibliográfica, embora necessária para garantir a atualidade do corpus analisado, pode ter excluído contribuições relevantes de períodos anteriores ao recorte adotado. Essas limitações não invalidam os resultados obtidos, mas delimitam o escopo de suas implicações.

Para estudos futuros, a literatura indica a necessidade de pesquisas com delineamentos experimentais que avaliem a efetividade de intervenções psicossociais específicas em amostras de idosos institucionalizados brasileiros. Estudos longitudinais que acompanhem a trajetória de saúde mental de residentes ao longo do tempo de institucionalização contribuiriam para a compreensão dos fatores que modulam a evolução dos transtornos mentais nesse contexto. Pesquisas qualitativas que explorem a perspectiva dos próprios idosos sobre suas necessidades de saúde mental e sobre as intervenções recebidas representam outra direção promissora, ainda pouco explorada na produção científica nacional.

A formação de profissionais de saúde para o trabalho em ILPIs constitui uma agenda de pesquisa e de política educacional que merece atenção prioritária. Estudos sobre currículos de graduação em saúde e a presença de conteúdos de gerontologia e saúde mental do idoso, sobre programas de residência multiprofissional em gerontologia e sobre estratégias de educação continuada

para profissionais já inseridos nas ILPIs podem fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais que respondam às demandas identificadas neste trabalho.

A reflexão final que este estudo proporciona aponta para a necessidade de que a atenção à saúde mental do idoso institucionalizado seja reconhecida como uma prioridade de saúde pública no Brasil, e não como uma demanda secundária ou periférica no contexto das políticas de saúde do idoso. O envelhecimento populacional acelerado que o país atravessa torna imperativa a construção de um sistema de cuidado às ILPIs que seja financeiramente sustentável, tecnicamente qualificado e eticamente orientado pela dignidade e pelo bem-estar dos residentes. A produção científica sobre o tema, ainda que em expansão, precisa ser mais robusta, diversificada em seus delineamentos e capaz de gerar evidências que informem decisões clínicas e políticas de forma consistente. Este trabalho se insere nessa trajetória coletiva de construção do conhecimento, com a expectativa de contribuir para o avanço do campo e para a melhoria das condições de vida e de saúde mental da população idosa institucionalizada no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, É. F. DE A. R. E, & OLIVEIRA, E. G. DE. (2021). Transfobia na educação: o olhar da estudante transgênero feminino. *Research, Society and Development, 10*(4), e34310414272. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14272

BARBOSA, P. R., JOERKE, G. A. O., SOUZA, S. A. L. DE, FREIRE, M. E. DOS S., PEREIRA, A. I. B., HENRIQUE, V. H. DE O., RIBEIRO, J. DE S., OLIVEIRA, I. M. A., SOUZA, D. C. O. D., GIL, T. DE S., COUTEN, S. P. DE A., & SANTOS, R. DOS. (2023). Inclusão e diversidade na atual conjuntura escolar brasileira: uma interlocução entre currículo, projeto político pedagógico e multiculturalismo. *Cuadernos de Educación y Desarrollo, 15*(11), 13076–13097. https://doi.org/10.55905/cuadv15n11-014

BORGES, C. C. DE O., & NEIRA, M. G. (2023). Tecnologias pedagógicas de governo do eu num currículo culturalmente orientado. *Cadernos de Pesquisa, 53*. https://doi.org/10.1590/1980531410364

CONSTANT, E. (2022). Fórum estadual de alfabetização do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Alfabetização*, (16), 150–163. https://doi.org/10.47249/rba2022589

DUARTE, A. J. O., & PEREIRA, H. DE O. S. (2023). Educação ambiental quadridimensional: por uma ecologia (mais) humana. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea), 18*(5), 415–430. https://doi.org/10.34024/revbea.2023.v18.15150

FERREIRA, E. DOS S., & VIEIRA, J. J. (2021). Infância e microações afirmativas em contextos significativos. *Educação & Realidade, 46*(3). https://doi.org/10.1590/2175-6236107778

FRANCO, A. DE P., ASSIS, E., & ROMEIRO, I. DE O. (2021). Educação em direitos humanos. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, 9*(2), 18–32. https://doi.org/10.34024/olhares.2021.v9.11542

GUIMARÃES, R. S. DE, & MATOS, F. B. DE. (2021). Os corpos e as corpas que a escola não toca: EJA e as dissidências sexuais e de gênero na perspectiva da formação docente. *Educação, Ciência e Cultura, 26*(1), 01. https://doi.org/10.18316/recc.v26i1.7419

JÚNIOR, J. S. DA S., SANTOS, F. D. V. DOS, OLIVEIRA, H. DE L., COELHO, N. L. N., ABREU, R., OLIVEIRA, R., JORGE, C. H. M., AGUIAR, G. A. DE, JÚNIOR, C. M. DE S., SOUSA, R. T. DE, SILVA, G. V. DA, & ASSIS, I. A. V. DE. (2024). Desigualdade social e capital cultural: reflexos na educação brasileira. *ARE, 6*(3), 6159–6174. https://doi.org/10.56238/arev6n3-111

LIMA, W. A., & SILVEIRA, S. R. (2023). O capital intelectual e sua gestão democrática na educação. *Revista de Gestão e Secretariado, 14*(12), 21905–21919. https://doi.org/10.7769/gesec.v14i12.3288

LOCKMANN, K., & KLEIN, R. R. (2022). Políticas de educação inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. *Revista Educação Especial*. https://doi.org/10.5902/1984686x71375

MAINARDES, J., & STREMEL, S. (2021). A política educacional na década 2010 a 2020: análise de publicações. *Revista Exitus, 11*, e020175. https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1id1634

PEREIRA, R. S., & PINTO, N. F. DA S. (2021). Gestão democrática na escola pública: desafios e possibilidades para a construção da escola inclusiva a partir da pandemia da covid-19. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 7*(10), 3320–3334. https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.3046

PRAZERES, R. S., BACCHUS, J. N., & PEREIRA, E. C. (2021). Contribuições da tecnologia assistiva para o processo democrático da educação inclusiva. *Revista Educação Pesquisa e Inclusão, 2*. https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.6879

QUEIROZ, P. P. DE. (2022). Forma e funcionalidade da informática na educação numa perspectiva inclusiva. *IPEC*, (1), e66132. https://doi.org/10.12957/impacto.2022.66132

Santos, S. S. C. R. D. (2023). Legislação brasileira enquanto política de inclusão escolar. *Revista Foco, 16*(9), e3163. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n9-141